

A dissociação de risco sob olhar da prefeitura do Rio de Janeiro e pelo olhar dos moradores envolvidos no processo de remoção da comunidade Pedra Lisa no morro da Providencia - Rio de Janeiro.

Aluno: Sergio Floriano Siqueira

Orientador: Rafael Soares Gonçalves

Introdução

A ocupação do Morro da Providência surgiu a partir de uma promessa que o governo fez aos soldados do Rio de Janeiro enviados à Guerra de Canudos, que consistia em entregar-lhes residências caso saíssem vitoriosos. Ao retornarem ao Rio de Janeiro, em 1897, e verem a promessa não ser cumprida, os soldados se apropriaram de uma região de morro, que passou a partir daí a ser chamado de Morro da Providência, em referência à providência tomada pelos soldados.

O Morro da Providência, posteriormente, passou a ser chamado de Morro da Favela em referência a um dos morros junto ao qual a cidadela de Canudos foi construída. A partir da associação do nome "favela" com os soldados, o morro popularmente passou a ser conhecido como morro da Favela.

Na esteira da especulação imobiliária que atinge atualmente a Zona Portuária, a remoção de moradores do Morro da Providência gera polêmica. A revitalização dos bairros da zona portuária já começou a mudar não apenas a cara da região como o seu mercado imobiliário. Na atualidade, o Morro da Providencia passa por uma grande intervenção de remoção e realocação das famílias que lá vivem, atingindo mais de um terço dos moradores. As remoções se justificam por questões relacionadas com a proteção do patrimônio, com as obras de mobilidade (teleférico e plano inclinado) e com questões relacionadas ao pretense risco existente no sub-bairro da Pedra Lisa.

Há uma grande especulação em torno no poder público no grande dimensionamento da noção de risco. Ora, a compreensão do risco deve-se pautar na compreensão do cotidiano dos moradores. A partir das pesquisas bibliográficas e do

contato com os moradores da Providencia, postulamos a questão sobre a diferenciação da noção do risco sob o olhar da Prefeitura e dos cidadãos, cujas casas estão sendo marcadas, invadidas e destruídas sob a pretensa justificativa do risco.

As intervenções atuais no Morro da Providência, no contexto do projeto Morar Carioca e sob o auspício do enorme projeto Porto Maravilha, estão impactando a vida de centenas de famílias com a possibilidade de realocá-las para locais distantes do mercado de trabalho e de seus locais de vida, onde possuem suas redes de solidariedade.



Comunidade Pedra Lisa

Políticas de Remoção, sua expansão e exclusão através dos muros.

Morar Carioca / Especulação imobiliária

O projeto Morar Carioca no morro da Providencia teve seu inicio em janeiro de 2011 com intuito de ser um programa de urbanização de favelas. O projeto consiste em uma série de intervenções, que inclui a construção de um teleférico, um plano inclinado e 1.061 unidades habitacionais para abrigar famílias realocadas.

Um acontecimento não muito diferente disso já acontecia há 200 anos. Uma breve história para associar o passado aos acontecimentos presentes no morro atualmente:

“Ponha-se na rua.” A frase ficou famosa no Rio de Janeiro de 1808. Sua origem remonta às iniciais “P.R.” pintadas nas portas das casas nos dias seguintes à chegada da Família Real à cidade. A sigla significava “Príncipe Regente”, mas a criatividade carioca fez questão de transformá-la. Na época, membros da Corte escolhiam as melhores residências para morar, já que chegaram ao Brasil sem local para abrigar-se. Os (des)agraciados com tal pintura tinham 72 horas para abandonar suas moradias com mobília e escravos dentro, para que os nobres pudessem usufruir dos bens. Não havia pagamento de aluguel ou indenização. (disponível em(<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/saia-do-morro-hoje>)

Após se passar mais de 200 anos a história hoje se repete no morro da Providencia, cujas casas estão marcadas com as iniciais SMH (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO), porém o povo carioca refere se a sigla como ‘SAIA DO MORRO HOJE’. Apesar de propor melhorias, o programa Morar Carioca está provocando a remoções de muitos moradores. De acordo com a historiadora Eneida Queiroz, “Até em áreas impróprias de favelas os preços [*dos imóveis*] têm aumentado”. Nas pacificadas (caso da Providência), o valor das casas aumentou absurdamente. Então vai acontecer uma evasão. . (disponível em(<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/saia-do-morro-hoje>))



Morro da Providência. Casa destruída após uma família aceitar a indenização oferecida pela Prefeitura. Foto: FASE - RJ



Programa Morar Carioca. Marcação da SMH do Apê, local onde residiam dezenas de famílias para a construção de um centro esportivo na Providência. Foto: FASE - RJ

O projeto Porto Maravilha está dividido em duas etapas. A primeira fase, que já está em andamento desde junho de 2009 e conta com R\$ 350 milhões de recursos da Prefeitura, inclui intervenções urbanísticas em todo o bairro da Saúde e no Morro da Conceição. O objetivo é requalificar aquela área do ponto de vista urbanístico, atrair empresas para a região e realizar empreendimentos culturais e de turismo, como o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, também incluídos na primeira fase de obras. Além disso, está prevista recuperação da Praça Mauá e de 13 vias da região; restauro da Igreja de São Francisco da Prainha; construção de uma garagem subterrânea sob a Praça Mauá para 700 veículos e criação de 530 unidades residenciais através do programa Novas Alternativas. Dentro dessa verba, também está sendo concluído um novo acesso viário para o Porto diretamente pelo Caju, desafogando o tráfego de caminhões na Avenida Brasil. A segunda etapa tem como objetivo a requalificação urbana e ambiental para toda a região Portuária. Para isso, segundo o secretário Felipe Góes, serão trabalhadas três frentes: a realização da operação urbana consorciada, que consiste em vender potencial construtivo e captar recursos para as intervenções necessárias; contratação de uma Parceria Pública Privada (PPP), cujo edital será lançado até o fim deste mês; e constituição de um Fundo de Investimentos Imobiliários, que vai receber os Cepacs (Certificados de Potencial Adicional Construtivo), os terrenos públicos e os investimentos de terceiros. Nessa ação, entrará a parceria do FGTS e da Caixa Econômica Federal. O FGTS irá aplicar os R\$ 3,5 bilhões no projeto, investindo recursos nesse fundo, e a Caixa serão administradora e gestora do fundo. Com a aplicação dos recursos do FGTS, a Prefeitura do Rio, por meio da PPP, poderá dar início às obras previstas nessa segunda fase do projeto Porto Maravilha, como a reurbanização de 40 km de vias (pavimentação, drenagem, sinalização, iluminação, arborização de calçadas e canteiros), construção de ciclovias, implantação de novas vias (como a de mão dupla paralela à Avenida Rodrigues Alves - o Binário do Porto), demolição do Elevado da Perimetral - no trecho entre a Praça Mauá e a Avenida Francisco Bicalho - e a construção de túneis entre a Praça Mauá e a Avenida Rodrigues Alves com 1 km de comprimento cada, além de duas rampas, ligando o Viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo. Será ainda ampliado o atual túnel ferroviário sob o Morro da Providência para receber tráfego de automóveis. (disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=957518>).

Todo o processo descrito acima contribuiu com essa grande especulação em torno do morro da Providencia e das obras do Morar Carioca. Quem for dono da própria casa poderá vender e “sair ganhando”, mas não comprará nada mais nas redondezas. Para aqueles que moram de aluguel, a situação é ainda mais perversa, já que não conseguem mais arcar com os custos da moradia. A “única coisa certa é que o mercado imobiliário é sempre o que sai ganhando”, alfineta a pesquisadora. Eneida Queiroz.

(disponível em <http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/saia-do-morro-hoje>)

Acontecendo dessa forma, a grande especulação imobiliária que vigora na área da zona portuária do Rio de Janeiro, no morro da Providencia e no sub-bairro da Pedra Lisa tem efeitos nefastos. Além da especulação, o superdimensionamento da questão do risco está contribuindo para a expulsão de moradores de suas residências na área da Pedra Lisa. A previsão era de que a comunidade da Pedra Lisa seja removida integralmente (351 domicílios), porque não foi considerada “área de interesse” para o projeto urbanístico Morar Carioca.

Seria esse um projeto não de incremento do estoque de moradias, já muito deficitário no Rio de Janeiro, mas sim como um programa de promoção das remoções? Dessa forma, fica claro que as remoções decorrem fundamentalmente do projeto urbanístico e não das possíveis situações de risco que pudessem ser identificadas nas duas comunidades: no caso do Morro da Providência, nada menos de 2/3 das remoções previstas. Seriam “justificadas” em função das diferentes intervenções previstas no projeto de urbanização.

Atualmente, no Rio, moradores de favelas em diversos cantos da cidade estão sendo forçados a sair de suas casas e comunidades. Milhares de famílias estão tendo que deixar casas que elas mesmas construíram, muitas vezes por décadas, devido à intervenção direta do Estado, os moradores informados de que estão sendo removidos para o desenvolvimento dos megaeventos ou porque estão em “áreas de risco”—ou devido às forças mais sutis da especulação imobiliária e gentrificação urbana, no qual os moradores não podem mais dar-se ao luxo de viver em suas próprias comunidades. Ambos os tipos de remoção obrigam moradores a se mudar para áreas periféricas e precárias da cidade, onde a terra é mais barata, e novas favelas estão sendo formadas, e onde, majoritariamente, estão sendo construídos os conjuntos residenciais de reassentamento.

(Acesso dia 28/06/2013 <http://rioonwatch.org.br> .)

Dissociação de Risco

Foram Yunes e Szymanski (2001) que chamaram atenção para a diferença entre os conceitos de risco e vulnerabilidade. Segundo elas, o conceito de vulnerabilidade “é aplicado erroneamente no lugar de risco”, pois são dois conceitos distintos. Enquanto risco, segundo as autoras, foi usado pelos epidemiologistas em associação a grupos e

populações, a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas.

É importante ressaltar que, para essas autoras, existe uma relação entre vulnerabilidade e risco: “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito”. A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir.

Todos os projetos e impactos em torno do programa morar carioca gerou essa discussão sobre risco que os moradores do morro do Providencia em especial na comunidade Pedra Lisa estão passando. A Prefeitura do Rio de Janeiro deu um grande dimensionamento em relação ao risco geotécnico do local tendo em vista seus interesses de intervenção na área. Durante a marcação das casas pela SMH de acordo com os moradores, segundo o laudo do engenheiro Mauricio Campos, em nenhum momento durante esse período os moradores tiveram acesso a qualquer laudo técnico com o mapeamento de risco ou aos projetos que expressariam as especificações das obras previstas, com exceção de uma apresentação superficial realizada pelo Prefeito, durante um evento “festivo” promovido na comunidade em janeiro desse ano, às vésperas, portanto, do início da execução das obras.

O contra-laudo apresentado pelo engenheiro Mauricio Campos e pelo arquiteto Marcos de Faria Azevedo, que fazem parte do Fórum Comunitário do Porto, questiona a necessidade de remoção de tantas famílias do Morro da Providência. O documento trás um farto material fotográfico e descritivo e afirma: “Faz-se necessário à realização de um estudo mais detalhado, que permita aferir a real situação de risco, estudo esse que deve incluir propostas para a eliminação dos eventuais fatores de risco que vierem a ser identificados, a serem incorporadas em um futuro projeto de urbanização da comunidade”.



Segundo Vargas (2006:12), a « construção social do risco » visa a tratar o risco não somente de um ponto de vista técnico e objetivo, mas antes como o objeto de uma construção social realizada por diferentes grupos sociais. O risco socialmente construído seria, assim, o produto de diferentes percepções que integram visões do mundo, das culturas e das estruturas de sociabilidade específica de determinados grupos sociais. A realidade seria, então, o fruto de um processo de construção social em que as representações sociais não apenas refletem a realidade, mas também contribuem para produzi-la. Este processo de construção social do risco surge, então, permeável aos conflitos, implicando diversos atores que procuram impor seus próprios pontos de vista. Logo, não se trata de encontrar um consenso artificial centrado no discurso técnico evocando o medo do risco iminente, mas sim de abrir a reflexão e a ação, sobre e contra o risco, a uma efetiva participação popular. Daí essa dissociação entre o risco para o morador da comunidade e para o interesse do poder público naquela área específica.

Mesmo com relação às remoções associadas a “risco” no Morro da Providência (mas ou menos 164 domicílios), pode-se afirmar, com base na análise apresentada no

presente relatório, que houve um claro superdimensionamento das possíveis situações de risco existentes, sendo possível verificar que, em todos os casos, “coincidentalmente”, as áreas que ficariam “livres” em decorrência da remoção estão associadas também as intervenções previstas no projeto. E na comunidade Pedra Lisa a situação é ainda mais complicada, pois no início foi condenada a ser removida integralmente, cerca de 350 domicílios, apenas devido ao fato de não ser considerada como área de interesse para um projeto urbanístico nos moldes pretendidos, ou seja, que comporte intervenções de grande impacto visual e de alto custo. Existem, ainda, interesses da prefeitura em utilizar a área para intervenções viárias, tendo em vista que essa zona será fortemente impactada pelo volume de passageiros do teleférico e dos Veículos Leves sobre Trilhos que terão estações de baldeações no terminal rodoviário Américo Fontenelle, localizado ao lado da Estação central do Brasil.

A Prefeitura aproveita-se da forte comoção que o discurso de risco suscita. Esse tipo de argumento costuma provocar na sociedade, considerando-se que na maior parte das tragédias que se abatem sobre as comunidades mais pobres. Há situações de risco reais presentes, que poderiam, entretanto, ter sido minimizado por ação anterior do poder público, ou controladas através de obras e intervenções que, na maioria dos casos, eliminam a necessidade de reassentamento de famílias.

Objetivos

O objetivo deste estudo é analisar e comparar a concepção de risco entre os poderes públicos e os moradores na perspectiva que o risco deve ser debatido e compreendido como um constructo social.

Metodologia

Além do levantamento bibliográfico, estamos levantando documentos oficiais de análise do risco. Foi utilizado o contra laudo realizado pelo engenheiro Mauricio Campos onde o mesmo levanta hipóteses que não foram estudadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Realizamos entrevistas com moradores e gestores públicos, assim como o acompanhamento de diversas reuniões locais do Fórum, sempre com escuta atenta dos questionamentos trazidos pelos moradores.

Conclusão:

As áreas centrais cada vez mais têm sido objeto de intervenções urbanas, que buscam transformar seu uso. Com o crescimento econômico, estas regiões estão deixando de ser áreas abandonadas pelo capital público e privado e passando a ser áreas visadas, especialmente, pelo mercado imobiliário, aumentando, assim, o interesse e a disputa pelas áreas mais centrais. Essas intervenções normalmente chamadas de “revitalização urbana” nada mais são do que projetos de remodelação das áreas centrais a partir da expulsão da população moradora original e da atração de pessoas de maior renda e de novos negócios. É fundamental que a população de baixa renda acesse a moradia digna nas áreas centrais a baixo custo e sem pressão do mercado imobiliário para deixar a habitação. A locação social parece uma das alternativas possíveis para essas situações, mas deve estar vinculada a outros programas de acesso à moradia, compondo uma política de habitação de interesse social para as áreas centrais.

É de grande engano acreditar que as remoções, que vêm ocorrendo pela cidade se concentram nas ditas “áreas de risco”. As ameaças de remoção se direcionam na verdade às habitações indesejadas por estarem na rota traçada pelo projeto de revitalização atual da cidade. Cabe dizer ainda que, ao que os fatores indicam, aqueles que não forem expulsos por processos mais explícitos como esses, poderão o ser futuramente pela especulação imobiliária trazida com a euforia pela transformação na cidade, que traz consigo a valorização do terreno.

BIBLIOGRAFIA

VARGAS, Maria A. R., 2006, *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG*. Rio de Janeiro: Planejamento Urbano, Sistema de Documentação da UFRJ. Disponível em<http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/MariaAuxiliadoraRamosVargas.pdf>.

ABREU, M. – "Evolução Urbana do Rio de Janeiro" 1988 – Editora Jorge Zahar.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

GONCALVES, R.S. e FRANÇA, B, 2010, “Entre o Muro e a remoção: meio-ambiente e favelas no Rio de Janeiro” In: GOMES, M.F.C.M. e BARBOSA, M. J. S. (orgs.) *Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). *Resiliência e educação*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013 Isabel Cristina da Costa Cardoso –
Artigo O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na
estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”?

FONTES PUBLICADAS DA INTERNET

<http://rioonwatch.org.br>.

<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com>

<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/saia-do-morro-hoje>

http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf (Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidade)..

<http://www.overmundo.com.br/overblog/a-cidade-dos-megaeventos-visibilidades>